

Conjuntura Impacto no PIB seria de 0,13 ponto para cada 10% de imunizados

Economia calcula efeito da vacinação sobre avanço do PIB

Fabio Graner e Lu Aiko Otta
De Brasília

O Ministério da Economia apresentou ontem uma relação entre a vacinação e o aumento do Produto Interno Bruto. Ao divulgar a elevação da previsão do PIB para este ano de 3,2% para 3,5%, como antecipou o Valor, a Secretaria de Política Econômica (SPE), que integra a estrutura do ministério, destacou no seu Boletim Macroeconômico que a vacinação em massa contra a covid-19 é imprescindível tanto para o crescimento atual, quanto para o futuro.

O documento destaca que a vacinação permite o retorno seguro ao trabalho, com retomada da produção e do consumo. Com isso, há elevação do produto, principalmente no setor de serviços, o mais afetado pela pandemia. O que, por sua vez, impacta positivamente a renda e o emprego. Pelo lado das expectativas, a vacinação rápida e abrangente aumenta as projeções do mercado para o PIB, ao trazer otimismo quanto à recuperação.

Para analisar essa relação de causalidade, foram analisados dados das 30 maiores economias do mundo. A SPE constatou que, para cada aumento de dez pontos percentuais nas doses aplicadas por 100 habitantes, há uma revisão para cima do PIB em 0,13 ponto percentual, na média.

Um levantamento da SPE apresenta o Brasil como o 15º país

com maior índice de vacinas aplicadas por 100 habitantes, ficando atrás de países desenvolvidos e também de emergentes, como Turquia e Marrocos.

O boletim afirma que, ao observar a quantidade de doses recebidas pelos Estados e o número de doses aplicadas, “é possível verificar que há muitas doses que já foram distribuídas e aguardam aplicação”. Por isso, existe potencial para a imunização ser ampliada no curto prazo.

O site do Ministério da Saúde mostrava ontem às 20h45 que 17.270.701 pessoas receberam duas doses das vacinas, 36.377.591 receberam só a primeira dose. Um total de pouco mais de 56 milhões de doses aplicadas ante 90,6 milhões de doses distribuídas.

“A vacinação em massa, a consolidação fiscal e as reformas do mercado pavimentarão o caminho para crescimento de longo prazo da economia brasileira”, afirma o boletim. O secretário Adolfo Sachsida reforçou a mensagem: “a melhor política econômica é a vacinação em massa”, disse, defendendo também a agenda de consolidação fiscal e de reformas.

A secretaria apresentou dados de EUA e Indonésia, que exemplificam como a vacinação está atrelada às expectativas em relação ao nível de atividade. Nos EUA, a vacinação rápida é acompanhada pela revisão para cima da projeção do crescimento do PIB pelos analistas. Já para a Indonésia, a imunização

lenta levou a revisões para baixo.

Sachsida alertou ainda para os problemas de longo prazo: o agravamento do déficit educacional e problemas na saúde, pelo fato de muitas pessoas estarem deixando para depois avaliações e exames preventivos.

Além do crescimento real do PIB mais elevado, uma estimativa que Sachsida considera conservadora, a SPE também revisou uma série de outros parâmetros econômicos.

Destaque para a inflação esperada mais alta em todos os índices. Para o IPCA, índice oficial de preços que baliza o regime de metas, a estimativa subiu de 4,4% para 5,05% em 2021, mesmo índice projetado para o INPC (que é a referência para o salário mínimo e que antes estava previsto em 4,27%).

A alta mais intensa, porém, foi no IGP-DI, de 5,06% para 15,21% entre a projeção de março e a atual. O subsecretário de política macroeconômica, Fausto Vieira, explicou que esse indicador não mostrou o recuo que se esperava e ainda sofre pressão da alta dos preços de commodities.

Com IPCA e IGP-DI mais altos, bem como uma variação real mais forte do PIB, a expectativa para o PIB nominal subiu de R\$ 8,21 trilhões para R\$ 8,42 trilhões, número que deve favorecer a melhoria no endividamento público, medido em proporção do PIB.

No campo fiscal, a secretaria também apresentou uma estimativa para o resultado primário

Recuperação

Novas projeções macroeconômicas

	2021	2022
PIB real	3,5%	2,5%
PIB nominal (R\$ bilhões)	8.418,20	9.101,60
IPCA acumulado	5,05%	3,5%
INPC acumulado	5,05%	3,5%
IGP-DI acumulado	15,21%	4,26%

Fonte: Ministério da Economia

“estrutural”, em que desconta os componentes de ciclo econômico, além de fatores não recorrentes nas receitas e despesas. A pasta estimou em 1,31% do PIB o déficit primário estrutural das contas do governo central em 2020. Em 2019, o resultado estrutural foi negativo em 1,19% do PIB. Para Estados e municípios, o resultado fiscal estrutural em 2020 foi deficitário em 0,06% do PIB. O resultado primário efetivo no ano passado foi deficitário em 9,4% do PIB, ante 0,8% do PIB em 2019.

Com os números novos de resultado estrutural, a SPE calculou também o chamado “impulso fiscal”, que é uma métrica para tentar estimar o impacto fiscal em termos de estímulo à economia. Em 2020, esse impulso foi positivo em 0,17% do PIB, invertendo o sinal negativo iniciado ainda em 2017. O valor considerava a variação entre os resultados estruturais das diferentes esferas de governo, ou seja, não contabilizou o impacto direto das medidas ligadas à covid-19.

Ocupação em UTI covid de hospitais privados de São Paulo volta a subir

Beth Koike
De São Paulo

Um mês após a flexibilização da quarentena, que voltou à fase vermelha e ganhou um relaxamento ainda maior no começo deste mês, os hospitais privados do Estado de São Paulo voltam a registrar aumento nas taxas de ocupação das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para pacientes acometidos pela covid-19.

Levantamento do SindHosp, sindicato do setor, com 90 hospitais paulistas, mostra que em 85% deles a taxa de ocupação nas UTIs era superior a 80%, entre os dias 11 e 17 de maio. Na pesquisa anterior, de 30 de abril, 79% dos hospitais informaram esse índice, ou seja, houve um aumento de seis pontos percentuais no período. Os 90 hospitais consultados têm juntos 8,7 mil leitos clínicos e 4 mil UTIs.

A alta já é percebida, por exemplo, nos hospitais próprios da operadora NotreDame Intermédica e no Santa Paula, cujo aumento no volume de pacientes internados foi de 5% na última quinzena. Em outros importantes hospitais de São Paulo, o quadro é de estabilidade, mas na visão de especialistas esse cenário é preocupante e acende uma luz amarela. “Infelizmente, o próximo passo é aumentar um pouco”, disse Francisco Balestrin, presidente do SindHosp. O ideal é que a taxa de ocupação continuasse caindo para reduzir o volume de internados, que é alto.

O HCor registrou uma estabilidade, após um período de que-

da por 14 dias. No Albert Einstein, o quadro também é de estabilidade, com 115 a 120 pacientes internados, por dia. Ontem, o hospital chegou a ter 128 casos, mas ainda não é possível mostrar uma curva de subida. No Sírio-Libanês, o cenário também é de estabilidade. Na Rede D’Or, o quadro mantém-se em patamares parecidos, mas o volume de pacientes com o novo coronavírus é elevado.

Além do aumento no número de casos, o tempo de internação aumentou, uma vez que uma fatia relevante, atualmente, é de pacientes jovens que são mais resistentes. Ainda segundo o levantamento do SindHosp, 39% dos hospitais estão com uma taxa de ocupação de UTI Covid entre 91% e 100%. Para 46% dos hospitais, o nível de leitos ocupados varia de 81% a 90%.

“Esse cenário é reflexo das aglomerações registradas na última abertura, com muitas pessoas em comportamento de risco, e da falta de vacina. O Brasil tem uma estrutura para vacinar 1,5 milhão de pessoas por dia, mas hoje não chegamos nem a 500 mil”, disse Balestrin, que criticou o governo pela falta de campanhas de conscientização e compra de imunizantes.

O presidente da entidade ponderou que um alento é a disponibilidade de oxigênio e medicamento para o kit intubação. Entre os hospitais pesquisados, 51% têm oxigênio para 15 dias e 58% possuem estoque de medicação do kit intubação para um período entre dez e 15 dias.

Colapso rondou hospitais de 17 capitais em março

Lucianne Carneiro
Do Rio

Dezessete das 27 capitais brasileiras estavam com a estrutura hospitalar perto do colapso em março de 2021, segundo o índice-Covid, desenvolvido por pesquisadores de universidades públicas brasileiras para avaliar a infraestrutura voltada para o tratamento da covid-19 em hospitais públicos e privados no país.

O grupo inclui três das quatro capitais do Sudeste (São Paulo, Rio e Vitória), todas do Sul, todas da região Norte com exceção de Manaus — ainda assim classificada como de situação “inadequada” —, além de cidades como Brasília, Goiânia e João Pessoa. O número é bem maior que as cinco capitais nesta situação em maio de 2020 (São Paulo, Manaus, Macapá, Fortaleza e Boa Vista).

O índice, que varia entre 0 e 1, considera a quantidade de leitos clínicos, respiradores e de médicos, de acordo com o DataSUS, e o número de casos confirmados de covid-19 e de óbitos. O dado de março é o mais recente disponível.

Quanto mais perto de 1, pior é a situação. Essas 17 capitais são as que estavam com índice 1, ou seja, a pior situação de uso da estrutura hospitalar, a partir de um modelo

matemático. Os resultados para maio de 2020 foram apresentados em publicação da revista científica “Social Indicators Research” e agora foram atualizados para março de 2021 com exclusividade para o Valor. Mais cinco capitais — Manaus, Aracaju, Teresina, Salvador e Campo Grande — estão em patamar de estrutura classificado como inadequado (entre 0,75 e 1).

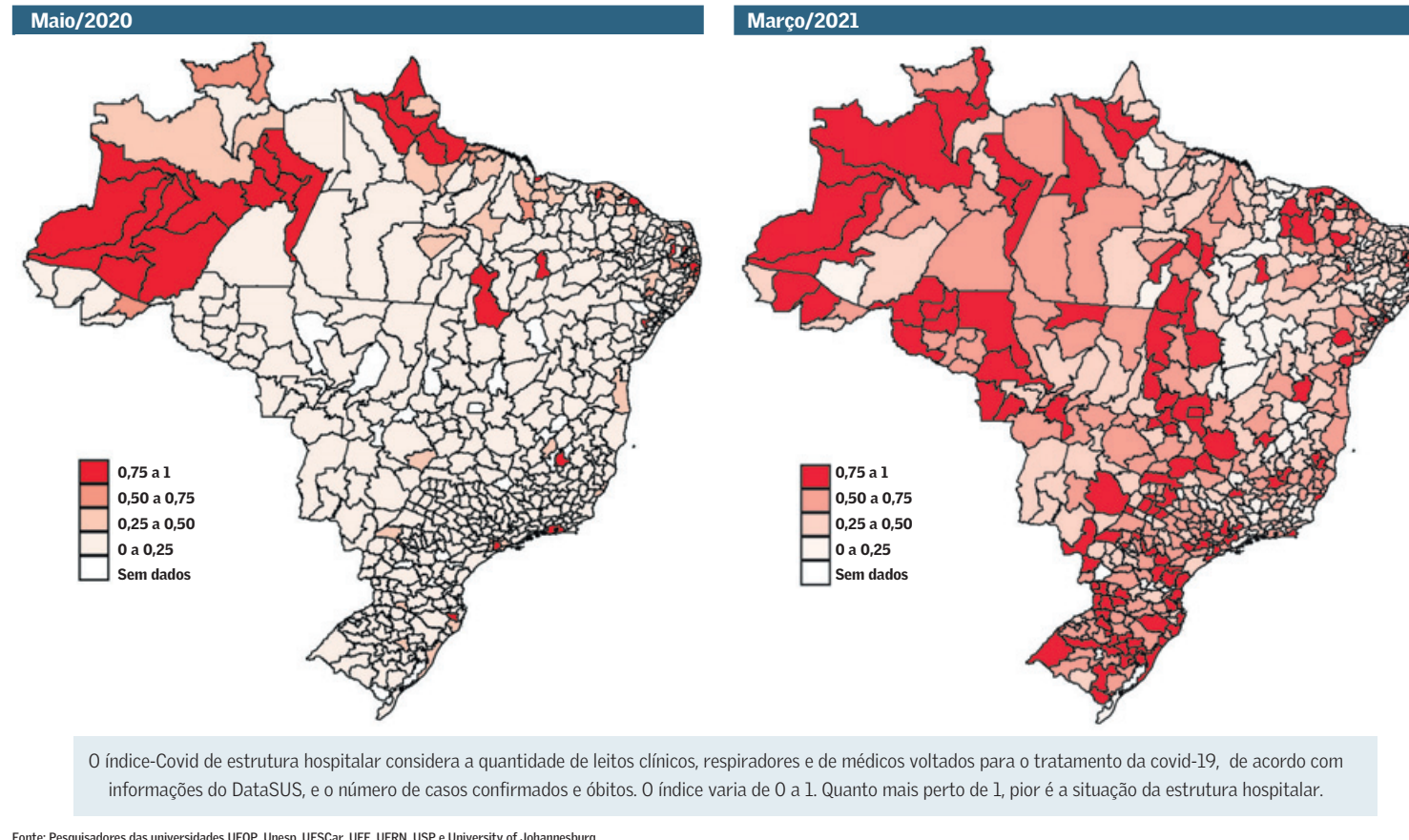
“A situação inadequada inclui as regiões com maior vulnerabilidade na estrutura hospitalar para o tratamento de covid-19, com maior probabilidade de chegar ao colapso se houver continuidade do aumento de casos e de óbitos”, explica o pesquisador Diogo Ferraz, professor de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

O índice-Covid de estrutura hospitalar também traz informações detalhadas para 554 microrregiões brasileiras. Ao todo, 57 delas tiveram índice 1 em março de 2021, quase o triplo das 20 que registraram tal nota em maio de 2020. Em março de 2021, mais da metade (53,61%) das microrregiões brasileiras estava em situação inadequada — 25,27%, com índice entre 0,75 e 1 — ou de atenção — 28,34%, entre 0,50 e 0,74.

“Os resultados mostram uma

Mais regiões com estrutura hospitalar inadequada

Situação pior era concentrada em Norte e Nordeste, mas avançou pelo país



piora nítida na vulnerabilidade do sistema hospitalar brasileiro. Apesar da expansão do número de leitos, respiradores, UTIs e equipes médicas, isso não foi suficiente para conter o aumento das microrregiões e capitais em estado inadequado ou em atenção. Isso se explica pelo crescimento desenfiado do número de casos e de óbitos”, afirma Ferraz, que é o coordenador do índice-Covid. Ele foi desenvolvido graças a uma rede de pesquisadores de universidades públicas

brasileiras que incluem a UFOP, a Unesp, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Universidade de São Paulo (USP), além da Universidade de Johannesburg.

Além do aumento do número de microrregiões com a estrutura hospitalar frágil para o combate à covid-19, chama a atenção o perfil mais espalhado entre as regiões brasileiras, diz Fer-

raz. Se em maio de 2020 as regiões Norte e Nordeste concentravam as piores condições, isso se vê em todo o país nos dados de março de 2021.

“Em maio do ano passado, a vulnerabilidade do sistema de saúde acompanhava a vulnerabilidade social do país, mais concentrada no Norte e no Nordeste. Agora, em março, atingiu áreas mais desenvolvidas, como a própria região Sul”, aponta.

No Sul, quase metade (44,57%)

das microrregiões está em situação inadequada e outras 34,78% estão classificadas no critério de atenção, totalizando quase 80% (79,35%). A região Norte vem seguida, com 73,31% das microrregiões em situação inadequada ou de atenção, sendo 35,94% no perfil de inadequada e 34,38% como de atenção. “Mesmo com uma boa estrutura hospitalar e um bom capital humano, a região Sul é a que corre mais risco pelos dados de março de 2021”, diz.

Média de mortes cai pelo 8º dia, mas óbitos por covid já beiram 480 mil

De São Paulo

Mais 2.517 pessoas morreram de covid-19 no Brasil em 24 horas, até as 20h de ontem, segundo o consórcio de veículos de imprensa. O total é de 439.379 vítimas fatais da doença no país.

A média foi de 1.953 mortes na semana móvel terminada ontem, queda de 16% em relação ao período anterior. Foi o oitavo dia seguido com tendência de queda, algo que ocorreu pela última vez em novembro.

Com 35.888 casos confirma-

dos ontem, o país agora contabiliza 15.661.106 diagnósticos da doença. A média foi de 64.348 contágios diagnosticados por dia na semana móvel, com alta de 9% em relação à semana móvel anterior. Estatisticamente, o número indica estabilidade.

O consórcio de veículos de imprensa é formado pelos jornais “O Globo”, “Extra”, “Folha de S.Paulo” e “O Estado de S. Paulo”, bem como os portais UOL e G1.

Os dados são apurados junto às secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal. Diaria-

mente o consórcio divulga três boletins, às 8h, 13h e 20h.

Pelos números do Ministério da Saúde, foram 2.513 óbitos pela doença ontem, até 17h15, elevando o total oficial de mortes para 439.050. Já os casos confirmados somam 15.732.836, sendo 75.445 diagnósticos contabilizados nas últimas 24 horas.

São Paulo é o Estado com mais mortes (105.105) e casos (3.112.624) de covid-19. Minas Gerais é o segundo com mais casos (1.472.801) e Rio de Janeiro, o segundo com mais óbitos (48.313).

Indicadores se estabilizam depois de um mês do início da fase emergencial em SP

Folhapress, de São Paulo

O primeiro mês após o início da fase de transição no Estado de São Paulo foi marcado por estabilidade nos indicadores da covid-19, como a taxa de ocupação dos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e o índice de isolamento social, segundo dados do governo paulista.

Ontem, o Estado tinha 78,5% dos leitos ocupados, enquanto na terça-feira anterior (11) eram 78,4% e duas semanas antes (4) 78,3%. As três semanas de estabi-

lidade vêm depois de quase dois meses de queda no indicador. Em 20 de abril, primeira terça-feira da fase de transição, a lotação era de 83%.

A região metropolitana da capital segue a mesma tendência. Teve ocupação de 76,8% nesta terça. Na semana passada, o índice era de 76,5%, e, na retratada, de 76,4%.

A média de isolamento foi de 40% na segunda-feira, a mesma das duas segundas anteriores (3 e 10 de maio). Em 19 de abril, primeira segunda-feira da fase de transição, o nível foi de 41%.

A fase emergencial começou no dia 18 de abril, com a abertura gradual do comércio na primeira semana e do setor de serviços na segunda semana. Era previsto que acabasse em 30 de abril, mas foi prorrogada em duas ocasiões.

O trânsito na capital também não teve mudanças significativas. Houve aumento, porém, no número de passageiros nos ônibus. Havia 1,83 milhão de pessoas na segunda, contra 1,87 milhão na semana passada. Duas semanas atrás o número era de 1,82 milhão.